

DESENVOLVIMENTO URBANO

Endividamentos estadual e municipal podem aumentar com proposta de Geisel

As operações de crédito contraídas por Estados e Municípios para a realização de obras de saneamento básico e desenvolvimento urbano e para a construção de conjuntos habitacionais de baixa renda serão excluídas dos cálculos sobre limites de endividamento.

Ao justificar a medida, proposta ontem pelo presidente da República ao Senado Federal, o ministro Mário Henrique Simonsen, da Fazenda, explicou em documento que as entidades tomadoras de tais empréstimos estavam se retraindo e deixando de solicitar esses financiamentos, para não reduzir a capacidade de endividamento e assim obter recursos para o atendimento de outras

necessidades mais imediatas.

O projeto de resolução submetido ao Senado, segundo despacho da "Agência Estado", estabelece o limite máximo de 15% sobre a receita do ano anterior para a liquidação dos empréstimos por Estados e Municípios. A receita, por outro lado, passará a ser corrigida mensalmente, para ampliar ainda mais a faixa sobre a qual poderão ser solicitados novos empréstimos.

Argumenta o ministro da Fazenda, na exposição de motivos que acompanha o Projeto de Resolução, que a maioria dos programas de retorno de longo prazo, representando "comprometimento anual relativamente baixo".